

Trunfos no Clube de Paris

7 FEV 1992

A viagem do ministro Marcílio Marques Moreira à Europa mostra seu grande interesse em ver concluído o acordo com o Clube de Paris, que reúne os representantes dos governos dos países industrializados credores do Brasil — através de suas agências oficiais — de quantia equivalente a US\$ 22 bilhões, dos quais mais de US\$ 8 bilhões em juros atrasados. Trata-se de negociação difícil, pois no passado já tivemos um reescalamento de longo prazo de parte dessa dívida num montante de US\$ 9 bilhões. Mas, ao contrário do que ocorre na negociação com os bancos comerciais, é o aspecto político que predomina na atitude do Clube, que toma suas decisões no espaço de apenas algumas horas.

O acordo com o Clube de Paris é essencial para o Brasil. Precisamos não somente de aliviar o serviço da dívida externa, que é vital, como voltar a ter acesso aos financiamentos que nos permitirão realizar investimentos mediante importação de equipamentos sofisticados, sem necessitar dispor de todos os recursos necessários. Com um acordo com o Clube de Paris poderemos obter novos financiamentos, isto é, teremos condições de crescer.

O acordo depende da obtenção preliminar de um crédito stand by com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma vez o Brasil conseguiu um acordo antes do sinal verde do organismo internacional e disso continua se arrependendo. A priori, pode-se concluir que, na medida em que são esses mesmos governos representados no Clube de Paris os que decidem no board do FMI, não deve haver dificuldades para o Brasil, uma vez que fechou o acordo com a instituição mundial.

Mas, desta feita, existem alguns problemas graves, que

podem complicar muito as negociações.

Era praxe, no País, dar prioridade ao pagamento dos juros devidos aos organismos oficiais. Desta vez foi o contrário que ocorreu: deixamos de honrar nossos compromissos com os organismos governamentais, enquanto pagávamos 30% dos juros vencidos aos bancos comerciais. Por outro lado, a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello apresentou ao Clube de Paris uma reivindicação que muito irritou seus integrantes: a concessão, ao Brasil, do mesmo tratamento dado à Polônia e ao Egito que, por motivos políticos, tiveram metade da sua dívida perdoada. Foi diante da recusa do Clube que o Planalto decidiu tratar mais severamente os credores oficiais que os bancos.

Essa atitude custará caro ao Brasil: terá de reparar tal discriminação para poder abrir a negociação. O ministro Marcílio Marques Moreira parece render-se a essa realidade, o que permite certo otimismo. Por outro lado, conseguiu nas últimas semanas avançar nos entendimentos com os bancos, o que interessa aos governos, também cientes de que a conclusão da renegociação com as instituições financeiras depende de um acordo com o Clube de Paris. Por isso, podemos mostrar-nos otimistas.

